



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Sítio Oficial na Internet: www.camaramuriae.mg.gov.br

PROJETO DE LEI Nº _____/2016



“Dispõe sobre a prioridade de atendimento em todas as unidades de saúde do Município de Muriaé a todas as mulheres com menos de sessenta anos que tenham sob sua responsabilidade pessoa com necessidades especiais e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Muriaé:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica instituída a obrigatoriedade do atendimento prioritário nas Unidades de Saúde do Município de Muriaé, a todas as mulheres, com menos de 60 (sessenta) anos, que tenham sob sua responsabilidade pessoa com necessidade de cuidados especiais.

Parágrafo Único – Entende-se como pessoa com necessidade de cuidados especiais, aquelas que não puderem exercer, de forma autônoma, seus atos cotidianos sem estarem representadas ou assistidas e ou não tiverem discernimento, e os que não puderem manifestar a sua vontade, em decorrência de:

I - doença grave, permanente ou terminal;

II- que apresente ausência ou disfunção de uma estrutura psíquica ou fisiológica.

Art. 2º – O benefício é direcionado às mulheres:

I - com menos de 60 (sessenta) anos;

II - que não exerça essa função em troca de salário, ou qualquer outra forma de remuneração.

Art. 3º – As mulheres que poderão usufruir deste benefício deverão comprovar sua condição mediante declaração da pessoa portadora da necessidade dos cuidados, ou de seu representante legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Sítio Oficial na Internet: www.camaramuriae.mg.gov.br

. - 2

Art. 4º – Os critérios para apreciação e aprovação do benefício, deverão ser apresentados e validados pela SMS (Secretaria Municipal de Saúde) de Muriaé:

I - Relatório médico que comprove a condição da pessoa que necessita dos cuidados, e o número do CID (classificação internacional de doenças) correspondente;

II - Declaração da pessoa portadora da necessidade dos cuidados, ou de seu representante legal, que comprove que a requerente ao benefício é a pessoa responsável pelos cuidados;

III - Documento pessoal com foto, para a identificação da requerente ao benefício.

Art. 5º – O órgão em questão, encarregado de validar o proposto, deverá emitir uma declaração positivando o benefício à requerente.

Parágrafo Único – O modelo, forma e conteúdo desta declaração serão regulamentados pelos Órgãos responsáveis em controlar e fiscalizar o benefício, no prazo máximo de 60 dias após a publicação desta Lei.

Art. 6º – Este benefício terá a validade de 1 (um) ano, devendo ser revalidado após o término deste período com a documentação mencionada atualizada.

Art. 7º – As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Muriaé.
Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Mello, 23 de Março de 2016.

MANOEL CARVALHO
Vereador - PMDB



JUSTIFICATIVA

Atualmente, com o envelhecimento da população, o aumento das condições crônicas e a política nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) visando a diminuição dos internamentos em hospitais, estimulando o cuidado domiciliário com a participação da família, na maioria dos casos, as mulheres. Este tipo de cuidado, muitas vezes, se torna a única alternativa para os familiares e tem ganhado mais espaço, principalmente, na atenção às doenças permanentes ou terminais.

Fato este que gera a necessidade de adaptações e mudanças no estilo de vida não apenas do doente, mas de sua família, pois esta passa a ter em casa uma pessoa que necessita de cuidados específicos. Há estudos que destacam a predominância, como cuidador principal, as mulheres, principalmente filhas e esposas. O cuidado gera sobrecarga por parte dos cuidadores /familiares, estresse e falta de tempo para o auto cuidado. Neste contexto, a assistência integral ao doente tem se tornado um grande desafio, especialmente, quando este se encontra dependente e ou em fases avançadas da doença, necessitando de maior atenção e cuidado por parte da família.

Frente a esse fato é necessário desenvolver e promover assistências adequadas às reais necessidades das mulheres que se encontram inseridas nesta questão. Pois são mulheres que dedicam seu tempo, quase que de forma integral, aos cuidados do doente e merecem ter benefícios diferenciados, tal qual sua condição.

Solicito o apoio dos nobres vereadores para que aprovemos a matéria em questão.

MANOEL CARVALHO

Vereador - PMDB